



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO
MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL**

Rodrigo Uszacki Carvalho De Freitas, Kalinca Léia Becker, Luis Carlos Zucatto

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

FORMAÇÃO DA AGENDA PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM ESTUDO MULTICASO EM INSTITUTOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

Esta pesquisa analisou quais prioridades são estabelecidas nas agendas dos Institutos Federais atuantes no Rio Grande do Sul no que diz respeito à CT&I. Trata-se de um estudo de múltiplos casos com os seguintes parâmetros: como unidade de análise a formação da agenda para CT&I nos IF's estudados; como fonte de evidências entrevistas, documentos e registros de arquivos; para triangular os dados utilizou-se os softwares NVIVO® e Microsoft Excel®. Demonstra-se que nos três Institutos analisados as prioridades estabelecidas impactam e contribuem para: o desenvolvimento social e econômico inteligente; qualificar e aprimorar a gestão do órgão; promover a capacidade de inovação nos locais em que estão inseridos; e, ainda, para o desenvolvimento de pesquisas básica e aplicada. Além disso, nos três Institutos as evidências indicam uma estabilidade na formação da agenda a qual contrasta com uma agenda governamental que frequentemente está recebendo propostas que objetivam mudanças drásticas, todavia, nesse último caso ainda não houve o acoplamento dos fluxos para que de fato aconteçam.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. CT&I. Agenda-setting. Formação da Agenda. Institutos Federais.

1 INTRODUÇÃO

A organização da CT&I e a maneira como os países atuam no desenvolvimento de políticas públicas para essa área são bastante diversos, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos em desenvolvimento. Apesar de ainda existirem debates sobre quais são as melhores alternativas no que diz respeito às políticas públicas voltadas à CT&I, o papel e atuação do Estado é justificado, pois, ao passo que envolve incertezas e altos custos, também tem um grande potencial para gerar retornos que promovem o desenvolvimento social e econômico (KOELLER e SKEFF, 2018).

Conforme destacam Zucatto *et al.* (2021, p. 22) “A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são temas presentes nas estratégias de governo e são tidos como requisitos para tornar o país desenvolvido.”. Além disso, no campo da pesquisa, constituem-se objeto de estudo complexo e que permitem uma ampla variedade de aplicações (BUFREM; SILVEIRA e FREITAS, 2018).

E, para que as Políticas Públicas sejam efetivas, depende de quem conduz esse processo, sejam representantes eleitos, associações representantes, entre outros. Neste sentido, Dye (2017) destaca que as políticas públicas são tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer, priorizando alguma ação ou algumas ações, em detrimento de outras. Porém, frente às alternativas de escolhas, entre significativa gama de informações e problemas, como os formuladores de políticas tomam as suas decisões? Por quais motivos algumas questões são debatidas e implementadas, enquanto outras são deixadas de lado? Esse complexo processo de disputa por atenção ao longo do tempo, basicamente resume o objetivo principal dos estudos sobre formação da agenda (CAPELLA, 2018).

De acordo com Kingdon (2014), a agenda pode ser compreendida como a lista de problemas ou assuntos que, tanto o governo, quanto os interessados nas ações governamentais dedicam atenção a qualquer tempo. Desse modo, nos debates em torno da formação e definição da agenda, são estabelecidas as prioridades que serão alçadas a políticas públicas, bem como aquelas a serem preteridas pelo governo.

Nesse contexto, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pode ser compreendida como o resultado de uma agenda governamental que priorizou investimentos em CT&I. Essa agenda culminou com a aprovação da Lei 11.892/2008, a qual instituiu essa rede, sendo composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas

Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e, Colégio Pedro II.

Cumprе destacar a relevância dos Institutos Federais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essas instituições, como o resultado de políticas públicas voltadas à CT&I, são propulsoras do desenvolvimento econômico e social em virtude das suas particularidades: ofertar ensino público gratuito e de qualidade, bem como promover a transformação social e econômica por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pelo exposto, essa pesquisa objetiva analisar, por conta da autonomia de construção de agenda que os Institutos Federais possuem, quais prioridades são estabelecidas nas agendas dessas instituições no que diz respeito à CT&I.

2 A FORMAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICA

No que diz respeito às políticas públicas, trata-se de um vasto campo de estudos com diferentes vertentes teóricas, amplamente difundidas. Os estudos seminais desse campo remontam a 1936, quando H. Laswell introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) e, a partir de então, desenvolve-se em diferentes perspectivas e aplicações. E, de acordo com Souza (2006), as políticas públicas possuem papel fundamental no cotidiano da sociedade, pois é por meio delas que o estado age.

Howllet, Ramesh e Perl (2020) citam que quase todas experiências no decorrer da vida de um cidadão, do berço ao túmulo, são moldadas por políticas públicas. Existem políticas que criam ou transformam os hospitais onde nascemos, as escolas onde estudamos, as organizações para as quais trabalhamos e as casas nas quais vivemos. Toda a renda ganha com o trabalho ou negócio (legalmente) é tributado de acordo com uma política pública, e as aposentadorias e pensões que estendem essa renda até a aposentadoria são regulamentadas e, parcial ou integralmente, custeadas pelo erário. Ainda, depois de nossa morte, as formalidades funerárias e propriedades, de qualquer tamanho, também serão regidas por políticas públicas.

Diante desse cenário, no qual as políticas públicas exercem influência direta nas nossas vidas, surgem alguns questionamentos: como funciona o processo decisório das políticas públicas? Quais temas ganham mais relevância e atenção dos governos? Por quais motivos algumas políticas são escolhidas em detrimento de outras? E, ainda, quais são os aspectos que levam a mudanças nas políticas públicas? Para buscar respostas a essas perguntas, há um campo teórico que se debruça, especificamente, em analisar o processo de formação da agenda das políticas públicas (*agenda-setting*).

O termo agenda surgiu com o trabalho de Roger W. Cobb e Charles D. Elder, em *The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective For Modern Democratic Theory* (CAPELLA, 2018; BRASIL e JONES, 2020). Cobb e Elder (1971), em uma das primeiras definições sobre o termo, citam que a agenda é um conjunto geral de questões de controvérsias políticas, as quais são legítimas, e que merecem atenção do sistema político. Nessa mesma perspectiva, Kingdon (2014, p. 3) define a agenda como “[...] a lista de assuntos ou problemas aos quais funcionários governamentais, e pessoas de fora do governo intimamente associadas a esses funcionários, estão prestando séria atenção a qualquer momento.”

A agenda possui diferentes tipos ou níveis de classificação. Cobb e Elder (1971) definem a agenda em dois tipos: a agenda sistêmica e a agenda governamental. A primeira, pode ser compreendida como todas as questões que são habitualmente percebidas no ambiente político como dignas da atenção pública; e, a segunda é definida como o conjunto de questões que serão realmente consideradas pelos formuladores de políticas, ou seja, aquelas que poderão ser alçadas efetivamente para uma política pública. Kingdon (2014) estabelece também dois tipos de agendas: a agenda governamental e a agenda de decisão (ou especializada). Segundo Kingdon (2014, p. 3 – tradução nossa) a agenda governamental (sistêmica no caso de Cobb e

Elder) se refere à “[...] a lista de assuntos aos quais os governantes e aqueles que os cercam estão prestando muita atenção” em determinado momento.

Já a agenda de decisão (governamental no caso de Cobb e Elder) “[...] inclui apenas aqueles assuntos que estão se posicionando para algum tipo de decisão oficial, como uma promulgação legislativa ou ação presidencial” ou “que estão em pauta para uma decisão ativa” (KINGDON, 2014, p. 4).

Nesse sentido, a formação da agenda é considerada um dos elementos centrais no processo de formulação das políticas públicas (BRASIL e JONES, 2020; CAPELLA, 2020), sendo a primeira, indispensável e, talvez, a mais crítica fase do ciclo de políticas (HOWLETT e RAMESH, 2003; VANHOONACKER e POMORSKA, 2013). É por meio dela que se estabelecem prioridades e se inicia o trâmite legal para determinada política pública.

Nos estudos sobre políticas públicas, a formulação (fase que compreende a formação da agenda), geralmente é apresentada sob a ótica do ciclo de políticas públicas. Desse modo, a formulação é a fase inicial, seguida, na maioria das vezes, das fases de tomada de decisão, implementação e avaliação (CAPELLA, 2018). A política pública como uma disciplina ganhou impulso a partir de duas metáforas eminentes com forte apelo analítico - ‘fases/ciclos’ e múltiplos fluxos – ainda, ambas foram criticadas por falta de realismo político e uma, em particular (múltiplos fluxos), foi aplicada apenas para a fase de agenda do processo político (CAPELLA, 2018).

Inspirado pelo modelo *garbage can model* (modelo da lata de lixo) de Cohen *et al.* (1972), a estrutura do modelo de *Multiple Streams Framework* (MSF) de Kingdon foi lançada em 1984 por meio da obra seminal *Agendas, Alternatives and Public Policies* (RIDDE 2009; BELAND, 2015; WINKEL e LEOPOLD, 2016; BLOCK, 2017; CAIRNEY, 2018; CAPELLA, 2020). Os dois conceitos centrais do livro são “agenda”, a lista de problemas aos quais os formuladores de políticas dedicam atenção e “alternativas”, as soluções potenciais para tais problemas de política (BELAND, 2015).

Conforme explica Kingdon (2014, p. 19):

We conceive of three process streams flowing through the system-streams of problems, policies, and politics. They are largely independent of one another, and each develops according to its own dynamics and rules. But at some critical junctures the three streams are joined, and the greatest policy changes grow out of that coupling of problems, policy proposals, and politics.

Desse modo, o autor busca explicar as mudanças na agenda por meio desses três fluxos: o fluxo de problemas, o fluxo de políticas públicas (ou fluxo de soluções) e o fluxo político (CAPELLA, 2020). Esses fluxos independentes, em momentos críticos (por exemplo, eleições, pressão de grupos de interesse, uma catástrofe, entre outros), se unem e ocorrem as mudanças nas políticas.

Entretanto, mudanças nas políticas não acontecem por acaso. Para que aconteçam, existem dois fatores que, aliados aos fluxos, são propulsores: as “janelas de oportunidades” (*policy windows-opportunities*) e os empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*). A união dos três fluxos ocorre em momentos críticos, a essa união, Kingdon (2014) trata como “acoplamento” (*coupling*), ou seja, “as soluções se unem aos problemas e ambos se unem às forças políticas favoráveis” (KINGDON, 2014, p. 20). Nesse caso, o acoplamento é mais provável de acontecer quando as “janelas de oportunidades” estiverem abertas.

E nesse momento, quando surgem as janelas de oportunidades, é que agem os empreendedores de políticas. Em síntese, os empreendedores de políticas são os atores principais do MSF (eles podem ser de dentro ou de fora do governo) e estão dispostos a investir seus recursos na promoção de suas propostas ou problemas (questões) preferidos e são responsáveis não apenas por fazer com que pessoas importantes prestem atenção, mas também

por unir soluções para os problemas e por unir problemas e soluções para a política (KINGDON, 2014). Os empreendedores de políticas públicas entram em ação não somente para a promoção das suas ideias, mas também atuam para que não sejam incluídas na agenda ideias que eles considerem prejudiciais a seus propósitos (CAPELLA, 2016).

No modelo *Punctuated Equilibrium Theory* (Teoria do Equilíbrio Pontuado) o papel dos empreendedores de políticas também é central (CAPELLA, 2016; JENNINGS *et al.*, 2017). Em 1993, com o lançamento do livro *Agendas and Instability in American Politics*, Frank Baumgartner e Bryan Jones, utilizando-se dos conceitos delineados por Kingdon e de outros autores da ciência política, desenvolveram a teoria do equilíbrio pontuado (CAPELLA, 2020). O objetivo principal da teoria, na primeira versão, buscou explicar os motivos das agendas passarem por longos períodos de equilíbrios, mas que ocasionalmente passam por mudanças políticas em grande escala, as pontuações (JONES; BAUMGARTNER, 2005).

Duas questões são importantes para compreender os estudos da teoria do equilíbrio pontuado: o equilíbrio ocorre quando as políticas estão seguindo o fluxo normal, quando não há significativa atenção da mídia e do público e as autoridades governamentais se articulam entre os grupos de interesse, cenário no qual ocorrem geralmente as políticas incrementais e essas se dão, normalmente, no ambiente dos subsistemas. Por outro lado, há momentos (por exemplo, alguma crise nacional) que chamam a atenção pública acentuadamente, mobilizando partidos políticos, políticos eleitos, bem como movimentos sociais, sendo que isso ocorre no ambiente da macropolítica, e ocasiona mudanças em grande escala, ou seja, um equilíbrio pontuado (BRASIL e JONES, 2020). Essa transição, entre o subsistema e a macropolítica, é o fenômeno abordado na teoria do equilíbrio pontuado (BRASIL e JONES, 2020).

Mais tarde, seguindo uma trajetória de evolução no desenvolvimento da teoria do equilíbrio pontuado, Jones e Baumgartner (2005) publicaram a obra *The Politics of Attention: How Government Prioritizes Problems*. Em síntese, nessa nova perspectiva, os autores buscaram responder à questão: “Como os governos respondem com políticas às informações recebidas?” (JONES; BAUMGARTNER, 2005, p. ii – tradução nossa).

Conforme destacam Brasil e Capella (2019), os autores realizaram uma transição do modelo de Equilíbrio Pontuado, o qual tinha como objetivo explicar as mudanças nos monopólios das políticas, para uma tese geral sobre a pontuação (*general punctuation thesis*), a qual visa “[...] uma abordagem mais geral que destaca o papel do processamento de informações no sistema político como um todo” (BRASIL e CAPELLA, 2019, p. 4).

A partir da primeira publicação, Baumgartner e Jones iniciaram o ambicioso projeto *Policy Agendas Project* (Projeto de Agendas de Políticas Públicas), o qual tinha como objetivo armazenar significativo conjunto de dados sobre a formação da agenda governamental, com foco nos EUA, referentes a um extenso período de tempo para que fosse possível observar períodos de estabilidade, bem como de rápidas mudanças nas políticas (BAUMGARTNER, JONES e BONAFONT, 2020; CAPELLA, 2020). A evolução desse projeto culminou no *Comparative Agendas Project* (CAP). O CAP tem como objetivo estender a aplicação do *Policy Agendas Project* para outros países, tornando possível a análise comparativa da dinâmica da formação da agenda entre países (BAUMGARTNER, JONES e BONAFONT, 2020).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

Com relação a políticas públicas voltadas à CT&I, o cientista norte americano Vannevar Bush se tornou uma das referências. Em 1945, com a publicação do relatório *Science - The Endless Frontier*, Bush difunde o conceito de pesquisa básica, o qual se tornou um símbolo político-chave e que representou diversas identificações, demandas e expectativas relacionadas a políticas para a Ciência, tornando-se o centro do debate entre cientistas e políticos. Esse relatório foi concebido por Bush (1945) com o intuito de responder a questionamentos

realizados pelo então presidente norte-americano Franklin Roosevelt acerca de como se poderia fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico em tempos de paz.

Para tanto, Vannevar Bush realiza uma proposição na qual a estruturação do sistema de pesquisa norte-americano fosse alicerçado com quatro atores principais: indústrias, universidades, laboratórios governamentais e o governo, como planejador e financiador (CRUZ, 2007). Bush, naquele momento, era diretor do *Office of Scientific Research and Development*, o qual era responsável pela supervisão e articulação das atividades de pesquisa referentes à defesa dos EUA (ZUCATTO, USZACKI e MARZONNI, 2020). Essa breve contextualização histórica é importante para destacar que as estratégias propostas por Bush em 1945 foram assertivas. Conforme se observa, atualmente, os EUA são polo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, muito por conta das estratégias implementadas, oriundas do relatório de Bush e, por conseguinte, possibilitaram aos EUA a criação de um sistema de inovação no país, alicerçado em CT&I.

Mas por qual motivo os governos devem se preocupar em desenvolver políticas públicas voltadas à CT&I? Nesse sentido, observa a OECD (2019) que a evolução tecnológica está transformando sociedades, economias e a vidas das pessoas como nunca aconteceu antes. A maneira como trabalhamos, aprendemos, nos comunicamos e consumimos está sendo totalmente transformada, ou melhor, reformulada. Neste sentido, pode-se mencionar que nos ambientes de trabalho, tecnologias digitais transformam as relações por meio de uma nova onda de automação, com robôs realizando mais e mais tarefas de rotina, deslocando trabalhadores de alguns empregos e, ao mesmo tempo, os trabalhadores em outros empregos podem recorrer a tecnologias cada vez mais sofisticadas para ajudá-los a desempenhar melhor suas tarefas (OECD, 2019).

Kuhlmann (2018) cita que para enfrentar os *Grand Challenges* (Grandes Desafios) a próxima geração de política de inovação exigirá, na maioria dos casos, uma transformação dos sistemas de conhecimento e inovação, bem como nos sistemas sociotécnicos (*socio-technical systems*). Para esse autor, as políticas de inovação da próxima geração não serão responsabilidades somente dos governos “[...] *but become an integral part of the functioning of knowledge and innovation systems— which are transformed themselves, including new sponsors and new performing actors.*” (KUHLMANN, 2018, p. 451).

Mazzucato (2018) destaca que países de todas as regiões do mundo estão em busca do crescimento “inteligente”, orientado pela inovação, ou seja, almejam um desenvolvimento sustentável. Já, Stokes (2005) argumenta que a inovação de novos produtos e processos não surgem acabados, e é por meio da pesquisa básica que são fundados novos princípios e concepções que possibilitam a inovação. Stokes (2005) e Riazuddin (2007) citam, ainda, que a pesquisa básica estabelece a base fundamental para a pesquisa aplicada.

Nesse sentido, não se pode estabelecer políticas públicas voltadas à CT&I, sem privilegiar investimentos em pesquisa básica e pesquisa aplicada, em virtude de ser por meio delas que são criadas possibilidades de inovação na ciência e tecnologia. Diante disso, a sociedade deve se preparar para as mudanças e, somente por meio de políticas públicas voltadas à CT&I se pode superar os obstáculos provenientes dessas transformações e, assim, gerar inovação e resiliência (OECD, 2018).

3 MÉTODO

Inicialmente, destaca-se que, quanto à sua natureza, a pesquisa desenvolvida é classificada como pesquisa básica, porque não houve a pretensão de se resolver um problema pré-definido ou selecionado (STOKES, 2005). Referente ao tipo de abordagem, ela é dos tipos qualitativa e quantitativa (GIL, 2007). Por fim, com relação aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de múltiplos casos no qual se pretendeu analisar como ocorre a formação das agendas voltadas para a Ciência, Tecnologia e Inovação nos Institutos Federais estudados.

Em observação ao que orienta Yin (2018), após a seleção dos casos (nessa pesquisa são os três Institutos Federais presentes no Rio Grande do Sul), definiu-se que a unidade de análise seria o processo de formação da agenda para CT&I nos três casos estudados. No que diz respeito às fontes de evidências, foram utilizadas: documentos, registros de arquivo e entrevistas.

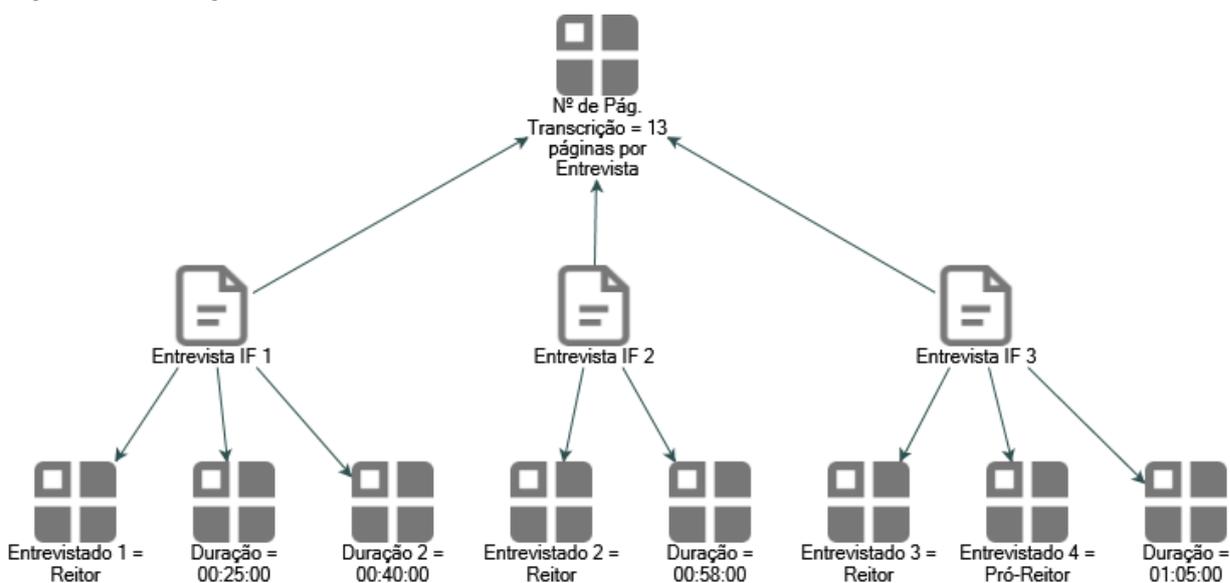
No que concerne à análise documental, foram levantados e analisados os seguintes documentos dessas instituições: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nesse caso foram analisados todos os disponíveis por cada IF desde a sua fundação (Lei 11.892/2008); e as atas do CONSUP de aprovação desses Planos. Com relação às entrevistas, buscou-se entrevistar os atuais Reitores e Pró-Reitores dos Institutos analisados.

Quanto aos documentos, primeiramente foi necessário mapear quantos PDI's foram publicados por cada instituto, pois, a partir da existência desses documentos é que se buscou as atas das suas respectivas aprovações no âmbito do CONSUP. Desse modo, foi encaminhado um e-mail para os gabinetes da Reitoria de cada Instituto, solicitando auxílio e orientações para acessar esses documentos. Constatou-se a existência de três PDI's por IF, portanto, um total de nove PDI's, sendo que para cada PDI existe uma ata de aprovação no CONSUP, assim, são três atas por IF, totalizando nove atas.

Entretanto, não foi possível acessar a ata referente ao PDI 2009-2013 do Instituto Federal Farroupilha, pois, em virtude pandemia da COVID-19, as atividades eram realizadas remotamente e a ata de aprovação encontrava-se no arquivo da Reitoria, fato esse que impossibilitou o acesso naquele momento.

Para a execução das entrevistas, foram encaminhados convites ao gabinete da reitoria de cada Instituto, visando sensibilizar os Reitores e Pró-Reitores para que participassem dessa pesquisa, sendo que o objetivo foi realizar uma reunião por instituto. Desse modo, o Reitor e os seus Pró-Reitores foram convidados para uma reunião coletiva. Os e-mails foram despachados no mês de maio de 2021, sendo que logo obteve-se um retorno e as três entrevistas foram agendadas, sendo uma para o final de maio e as outras duas para o início do mês de junho. A Figura 01 demonstra os dados gerais da entrevista.

Figura 01 - Dados gerais das entrevistas.



Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

As entrevistas foram conduzidas por videoconferência utilizando-se a plataforma *Google Meet*®. Ressalta-se que, para esse procedimento, foi solicitado aos entrevistados que as entrevistas fossem gravadas, para que então fosse possível a execução da transcrição,

solicitação que foi atendida em todas as entrevistas. Esse contato com os Reitores e Pró-reitores foi necessário para que fosse possível captar elementos, com base na revisão de literatura dessa pesquisa, que apontassem: mudanças ou estabilidade na formação da agenda dos IF; quais problemas emergiram na agenda do Instituto em análise; se há a perspectiva de uma janela de oportunidades para atividades relacionadas à CT&I; e, ainda, elementos que dizem respeito à agenda de CT&I de uma maneira geral.

Os três Reitores foram entrevistados, sendo que em um Instituto, houve a participação de um Pró-Reitor. Desse modo, o total de entrevistados foram quatro (três Reitores e um Pró-Reitor). Após a realização das entrevistas, essas foram transcritas, sendo que após a transcrição gerou-se um documento de 13 páginas cada. Para as entrevistas, foi utilizado o roteiro que pode ser acessado por meio do link disponibilizado nas notas¹ ao final deste artigo. Após a realização das entrevistas, essas foram transcritas, sendo que após a transcrição gerou um documento de 13 páginas cada.

Para a análise dos dados, foram utilizadas as técnicas de codificação, classificação e categorização dos dados extraídos dos documentos e das transcrições das entrevistas. Seguindo as instruções de Bardin (2016), as respostas das entrevistas foram então transcritas para que fosse possível, por conseguinte, realizar a análise de conteúdo. A análise de conteúdo foi operacionalizada por meio do software NVivo® (Versão New NVivo 2021), o qual é comumente utilizado como um lugar para organizar, armazenar e analisar dados das pesquisas (NVIVO, 2021).

Com relação à análise dos documentos PDI's e as atas de aprovação desses documentos no CONSUP de cada IF, foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo caracterizadas na pré-análise e, então, as informações foram codificadas, categorizadas e classificadas (BARDIN, 2016). Quanto à definição da categoria de análise, subcategorias e elementos categorizadores, apresenta-se a estratificação e o momento em que foram definidas(os) no Quadro 01.

Quadro 01 – Categorização analítica.

Categoria	Subcategorias	Elementos categorizadores	Timing da Definição
Formação da agenda	Atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Valores; Acontecimentos; interesses; demandas e agenda pública (DEUBEL, 2008; MACEDO <i>et al.</i>, 2016); - Elaboração e avaliação de respostas. Seleção de critérios (DEUBEL, 2008; MACEDO <i>et al.</i>, 2016); - Encontrar uma coalizão majoritária, legitimação (DEUBEL, 2008; MACEDO <i>et al.</i>, 2016); - Empreendedor de Políticas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014); - Janela de Oportunidades (KINGDON, 2014); - Agenda, prioridades estabelecidas (JONES; BAUMGARTNER, 2005; KINGDON, 2014) - Identificar componentes dos fluxos (KINGDON, 2014); 	<p><i>À priori</i> <i>À posteriori</i> (Possibilidade de emergências)</p>
	Atores	<ul style="list-style-type: none"> - Empreendedor de Políticas (BAUMGARTNER & JONES 1993; KINGDON, 2014); 	<i>À posteriori</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Selecionados os documentos, bem como definidos os elementos analíticos, procedeu-se com a carga dos PDI's, das Atas e das entrevistas transcritas para o software NVivo®

objetivando-se a operacionalização da análise de conteúdo. Após a carga, os arquivos foram classificados, inicialmente, por tipo de documento (PDI, Ata ou Entrevista) e também por órgão (IFFAR, IFRS e IFSUL). Nesse sentido, uma informação é importante, destaca-se que os elementos categorizadores referenciados acima são os códigos iniciais no NVivo® e desses códigos houve diversos desdobramentos de novos códigos.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 A FORMAÇÃO DA AGENDA NOS IFES ESTUDADOS

Inicialmente, é necessário destacar como ocorre o processo de formação da agenda nos Institutos Federais analisados com base nos procedimentos metodológicos observados. O PDI é o documento que formaliza a agenda, ou seja, é o produto final que traz, além de outras informações, as prioridades estabelecidas para o órgão em determinado período. Esse documento é fruto de discussões e debates realizados entre a comunidade acadêmica que engloba cada Instituto e é regulado atualmente pelo Decreto Presidencial 9.235 de 2017, o qual apresenta as orientações gerais para sua elaboração.

Para que esse documento seja aprovado e publicado, deve-se observar uma série de protocolos, elencando-se aqui os principais: a formação de comissões temáticas para a realização dos debates nas unidades de cada Instituto; discussão e debates nas unidades; e aprovação do documento no Conselho Superior (CONSUP). Portanto, destaca-se que a construção do PDI somente começa após a formação das Comissões temáticas que, no caso dos três Institutos analisados, possibilitavam à comunidade acadêmica participar nas diversas vagas disponíveis para atuação.

Enquanto no modelo de Kingdon (2014) os fluxos se acoplam em momentos críticos, nos Institutos o “momento crítico” é a construção de um novo PDI. Pode-se dizer que, a partir do momento que o órgão, por meio do CONSUP, autoriza o início da elaboração de um novo PDI, os fluxos se “acoplam” e nesse momento abre-se a janela de oportunidades para os empreendedores de política (aqui é a comunidade acadêmica) atuarem na proposição das suas alternativas e ideias.

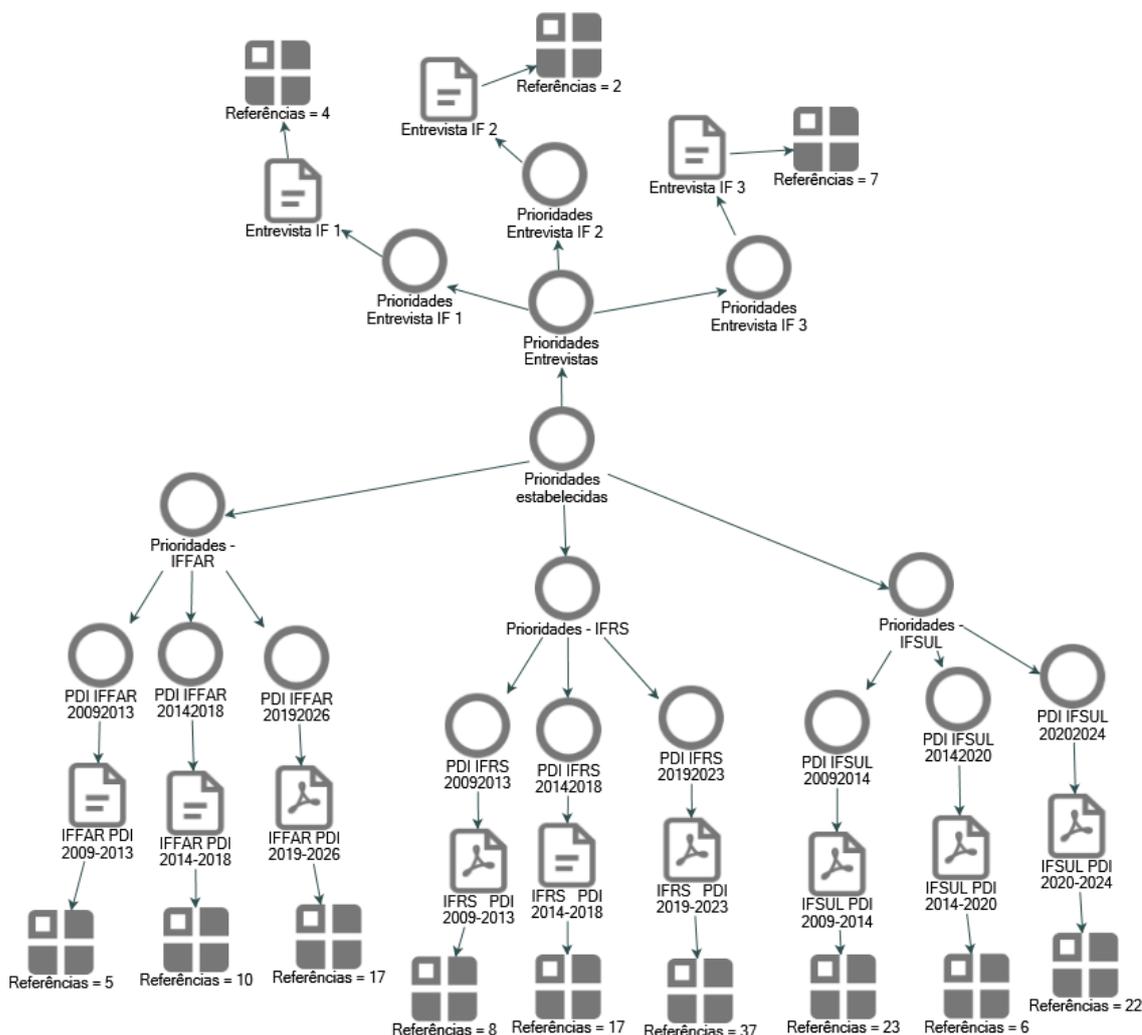
A partir disso, na etapa de discussão e debates nas unidades e entre as unidades, as questões relevantes passam a transitar na agenda governamental (KINGDON, 2014) ou institucional (BIRKLAND, 2016) do órgão, ou seja, é a lista de assuntos aos quais a comunidade acadêmica está prestando atenção (KINGDON, 2014) ou, ainda, a lista de questões que estão sendo realmente consideradas (BIRKLAND, 2016). Por conseguinte, ao PDI ser levado para ratificação no CONSUP, os assuntos passam então para a agenda de decisão (KINGDON, 2014) ou decisória (BIRKLAND, 2016), os assuntos estão se posicionando para uma decisão oficial (KINGDON, 2014) ou ainda estão prestes a ser implementados pelo órgão (BIRKLAND, 2016).

Já no âmbito do CONSUP, o PDI é apresentado para ser ratificado. Nesse momento, o PDI não sofre modificações significativas (conforme se observou na análise das atas de aprovação) e passa por uma discussão mais no sentido de apresentar aquilo que foi desenvolvido, fruto dos debates nas comissões temáticas.

4.2 QUESTÕES QUE EMERGIRAM NA AGENDA DOS INSTITUTOS

Inicialmente, trata-se dos resultados referentes à codificação inicial que possibilitou mapear as prioridades estabelecidas pelos Institutos. Nesse sentido, objetiva-se trazer à tona quais questões foram consideradas na agenda do órgão, ou seja, a quais assuntos ou problemas a comunidade acadêmica dedicou atenção (KINGDON, 2014) ou, por outra perspectiva, as questões que foram discutidas e postas em prática (BIRKLAND, 2016) pelos Institutos. A Figura 01 demonstra a estrutura de códigos (círculos), os documentos analisados, bem como a quantidade de referências encontradas em cada documento.

Figura 02 - Mapa inicial da Codificação das prioridades constantes nos PDI's



Fonte: Elaborado pelos autores no software NVivo®

Um total de 145 prioridades foram codificadas nos três Institutos por meio dos PDI's. Além disso, foi possível codificar, por meio das entrevistas, as prioridades que os gestores percebem além do PDI. Desse modo, houve 13 prioridades codificadas por meio das entrevistas com os gestores.

Com relação às prioridades codificadas, emergiram 8 novos códigos que, em síntese, buscam traduzir o foco das prioridades da agenda dos Institutos. Desse modo, os códigos são apresentados no Quadro 02.

Quadro 02 - Codificação das prioridades constantes nos PDI's

Nome	Arquivos	Referências
Ensino (OECD 2018, 2019)	9	43
Inclusão Social e Assistência Estudantil	6	7
Infraestrutura	8	12
Orçamento	6	8
Pesquisa Básica e Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN, 2007)	8	17
Qualificar e Aprimorar Gestão	9	48
Qualificar Servidores	8	14
Promover capacidade de inovação (LUNDVALL 2001, 2010; BALBACHEVSKY, 2011)	7	18

Fonte: Elaborado pelo autor no software NVivo®.

No que concerne às prioridades estabelecidas, inicia-se a discussão com o código Ensino (OECD 2018, 2019). Nesse código foram referenciadas todas as prioridades que possuem relação com o tripé ensino, pesquisa e extensão e que contribuem para a implementação dos conceitos destacados pela OECD (2018, 2019) para que seja possível o alcance do desenvolvimento social e econômico inteligente (MAZUCATTO, 2014). Esse código totalizou 41 referências das 145 possíveis e esteve presente em todos os arquivos, a presença desse código foi constante e estável nas agendas dos três Institutos em todos os períodos, demonstrando ser uma temática na qual a comunidade acadêmica está constantemente prestando atenção (KINGDON, 2014).

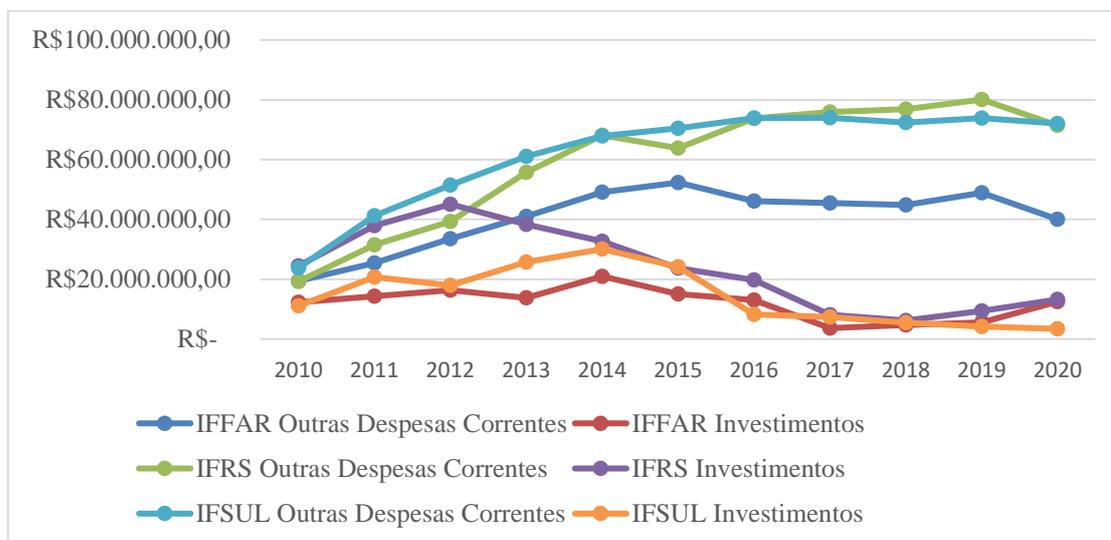
Por conseguinte, o código Inclusão Social e Assistência Estudantil emergiu das prioridades observadas nessas temáticas nos PDI's. Portanto, o código referenciou sete prioridades que abordaram esses temas distribuídos em 6 arquivos. Esse foi um tema mais recorrente a partir do segundo PDI de cada Instituto, sendo que no primeiro PDI, o IFSUL foi o único a trazer essa temática para a agenda efetivamente. Duas prioridades dizem respeito ao fortalecimento das políticas de assistência estudantil: uma, constou no IFFAR PDI 2019-2026 e a outra constou no IFRS PDI 2014-2018. Das outras cinco prioridades, três abordaram questões sobre ações inclusivas: uma, no IFSUL PDI 2009-2014 (consolidar e ampliar ações inclusivas); uma, no IFSUL PDI 2020-2024 (adequar a instituição para demandas inclusivas); e, uma no IFRS PDI 2014-2018 (promover e subsidiar ações inclusiva).

Já, no código Infraestrutura referenciam-se as prioridades que trataram sobre questões de infraestrutura física e de tecnologia da informação (TI). Desse modo, 12 referências distribuídas em oito arquivos foram inseridas nesse código. Portanto, dessas 12 referências, seis abordaram questões relacionadas ao aprimoramento e qualificação da infraestrutura de TI e constam nos seguintes documentos: IFFAR PDI 2014-2018 e 2019-2026; IFRS PDI 2014-2018 e 2019-2023; IFSUL PDI 2020-2024). As outras seis prioridades dessa temática são relacionadas ao aprimoramento e desenvolvimento da estrutura geral dos institutos e constam nos seguintes arquivos: IFFAR PDI 2009-2013 e 2019-2026; IFRS PDI 2019-2023; IFSUL PDI 2009-2013, 2014-2020 e 2020-2024.

O orçamento também destacou-se como uma das questões que a comunidade acadêmica dos Institutos está prestando atenção (KINGDON, 2014; BIRKLAND 2016), tendo oito prioridades inseridas nesse código as quais estão presentes em seis arquivos. Nesse caso, destaca-se o seguinte: quatro dessas prioridades estão relacionadas à captação extra de recursos, sendo todas essas prioridades do IFRS (IFRS PDI 2009-2013, 2014-2018 e 2019-2023); e, as outras quatro prioridades dizem respeito ao aprimoramento e qualificação da gestão orçamentária, sendo que essa prioridade surge em todos os Institutos analisados nos últimos PDI's (IFFAR PDI 2019-2026; IFRS PDI 2019-2023; e IFSUL PDI 2014-2020 e 2020-2024). Cumpre ressaltar que o orçamento dos Institutos analisados passou por um período de expansão entre 2010 a 2015, e entre 2015 a 2020 houve uma estabilidade.

Cumpre ressaltar que o orçamento dos Institutos analisados passou por um período de expansão entre 2010 a 2015, e entre 2015 a 2020 houve certa estabilidade. Entretanto, essa estabilidade não acompanhou a inflação do período e também não considerou os acréscimos nos números de matrículas nos IFES estudados. Para que seja possível observar o comportamento do orçamento dos três Institutos, elaborou-se a Figura 02, na qual estão demonstradas as dotações orçamentárias empenhadas dos últimos 10 anos, referentes ao orçamento de custeio e de investimento, conforme os Relatórios de Gestão dos Institutos analisados, sendo que há variações com relação ao valor efetivamente pago.

Figura 03 - Histórico do orçamento dos Institutos analisados



Fonte: Elaborado pelos autores com base na dotação empenhada demonstrada nos Relatórios de Gestão dos Institutos analisados (2023)

Acerca das questões orçamentárias, conforme destaca o Entrevistado 2, o impacto da redução orçamentária é expressivo “[...]a gente tem cada vez mais estudantes, cada vez menos orçamento[...]”. Nessa perspectiva, os Entrevistados 3 e 4 relatam que os impactos vão desde a diminuição no número de bolsas, a diminuição no número de editais, até outras ações que visam incentivar a CT&I nas comunidades de atuação do Instituto. Corroborar essa perspectiva o Entrevistado 1 referenciando que “[...]principalmente, ensino, pesquisa e extensão serão os mais impactados.”.

Em seguida, observam-se as prioridades que são relacionadas e promovem, diretamente, tanto a Pesquisa Básica como a Pesquisa Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN 2007) nos IFES analisados. Nesse caso, houve 17 referências nesse código, as quais estão distribuídas em oito arquivos. Destaca-se que as prioridades constantes nesse código (18 prioridades) estão presentes nos nove arquivos, ou seja, demonstra ser uma questão latente e contínua nas agendas dos três Institutos. Desse modo, observa-se que 14 delas buscam aprimorar e desenvolver ações que contribuam com o desenvolvimento das pesquisas básica e aplicada e estão presentes nos três PDI’s do IFRS e do IFSUL e, ainda, no último PDI do IFFAR (IFFAR PDI 2019-2026).

Além de contribuir para ampliar a compreensão de qualquer área do conhecimento (STOKES, 2005), a pesquisa básica tende a ser um formador de pesquisadores para outros campos da Ciência mais aplicados ou para a tecnologia, sendo essencial, ainda, para a existência de uma sociedade intelectualmente vibrante e mais especialmente para manter vivo o espírito de investigação (RIAZZUDIN, 2007). Por outro lado, a pesquisa aplicada se torna o desdobramento dos conhecimentos desenvolvidos por meio da pesquisa básica, sendo um tipo de pesquisa mais voltada para a resolução de um problema específico ou objetivo pré-definido (BUSH, 1945; STOKES, 2005). Os investimentos nesses dois tipos de pesquisas são essenciais para que possa ocorrer o desenvolvimento econômico e social sustentável (BUSH, 1945; STOKES, 2005; MAZUCATTO, 2014).

O próximo código traz à tona o maior número de referências e diz respeito às questões relacionadas a melhorias em processos administrativos e na gestão de uma maneira geral. Portanto, 48 referências foram inseridas no código Qualificar e Aprimorar Gestão e estão presentes nos nove arquivos, demonstrando ser uma questão latente e contínua nas agendas dos três IFES estudados.

Observou-se, em linhas gerais, que as prioridades estabelecidas nesse código visam contribuir para que se tenha um ambiente administrativo capaz de responder adequadamente as demandas regionais e locais. Diz respeito a processos de comunicação com a comunidade, que visam garantir um ambiente democrático que permita receber informações e responder às demandas sociais com transparência e publicidade dos atos.

As 48 referências foram subdivididas em outros três códigos: Processos; Políticas; e Expansão. No que diz respeito ao código Processos, 37 referências foram agregadas a esse código e esteve presente nos nove documentos analisados. Nesse sentido, o código referenciou as prioridades relacionadas à melhoria e ao aprimoramento de processos organizacionais os quais visam qualificar as ações de planejamento, organização, direção e controle dos Institutos.

Quanto ao código Políticas, esse agregou as prioridades que diziam respeito ao desenvolvimento e implementação de alguma política interna nos institutos. Esse código foi referenciado seis vezes em quatro arquivos de dois dos três Institutos.

Já, no código expansão estão as prioridades que abordaram a expansão dos Institutos. Observa-se que esse código foi referenciado cinco vezes em três arquivos. Ressalta-se que não constou nos últimos PDI's dos Institutos, isso pode ter relação com as restrições orçamentárias bem como a falta de priorização das questões da Rede Federal tanto no Congresso Nacional, quanto no Poder Executivo, conforme relatos dos entrevistados.

Por conseguinte, apresenta-se o código Qualificar Servidores, o qual contempla a emergência de prioridades que visam o aprimoramento e qualificação dos servidores no âmbito dos IFES estudados. Desse modo, nesse código houve um total de 14 referências constantes em oito arquivos sendo, portanto, uma preocupação constante nos três Institutos e que permanece como uma das prioridades.

Por fim, apresenta-se o código Promover capacidade de inovação (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2011). Nesse código, foram referenciadas as prioridades emergentes nos IFES estudados, que buscam fortalecer os relacionamentos com as comunidades nas quais os institutos estão inseridos, potencializando as forças de cada uma delas, possibilitando e contribuindo para o desenvolvimento de ambientes de inovação (LUNDVALL 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2011).

Com relação às prioridades identificadas nas entrevistas, essas foram referenciadas no código Prioridades Entrevistas. Na perspectiva desse código, foram destacadas as prioridades não só no âmbito interno, da agenda interna do Institutos, mas também das prioridades no nível Federal (Congresso Nacional e Poder Executivo), que os gestores consideram essenciais para o funcionamento e cumprimento da missão dos Institutos. Um total de 13 referências foram inseridas nesse código.

Na Entrevista IF 1, houve a emergência de quatro prioridades. Duas delas dizem respeito à questão orçamentária no âmbito do Instituto e as outras duas prioridades possuem relação com a inclusão social.

Já, na Entrevista IF 2 houve duas referências para o código Prioridades Entrevistas. Na primeira, o Entrevistado 2 comenta sobre o Marco legal de Ciência e Tecnologia (Lei 13.243/2016) como sendo uma questão que foi priorizada no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e que conseguiu trazer avanços para a CT&I “[...]foi uma lei que trouxe muitos avanços para quem vivia a pesquisa, a inovação e desenvolvimento nas instituições públicas de uma forma geral, não é nem só nos Institutos, ela avançou bastante.” (ENTREVISTADO 2).

O Entrevistado 2 considera que essa foi uma prioridade que trouxe, ainda que modestamente, avanços para a Ciência e Tecnologia e que deveria continuar sendo trabalhada na agenda do Legislativo e Executivo. Essa Lei é um exemplo de que é possível elaborar políticas públicas voltadas à CT&I no âmbito nacional, as quais possibilitem e promovam a criação de um ambiente voltado ao desenvolvimento científico, tecnológico e que gerem inovação (BUSH, 1945; STOKES, 2005; OECD; 2018, 2019).

Por fim, na Entrevista IF 3 foram referenciadas sete prioridades no código Prioridades Entrevista. As sete prioridades são relacionadas aos esforços e articulações realizados pelo Instituto no que diz respeito à bolsas e editais de fomento para o ensino, pesquisa e extensão, conforme o gestor, o Instituto tem buscado “[...] mostrar a nossa importância e tentar explorar as possibilidades” (ENTREVISTADO IF 3). Então, buscamos editais diferenciados como FDD e outros mais”.

5 CONCLUSÕES

Essa pesquisa teve como objetivo verificar quais prioridades são estabelecidas nas agendas dos Institutos Federais atuantes no Rio Grande do Sul no que diz respeito à CT&I. Os dados foram levantados por meio da análise documental e de entrevistas e, com base nos pressupostos da Análise de Conteúdo, as prioridades foram extraídas dos documentos analisados, o que possibilitou, portanto, uma análise detalhada das prioridades emergentes desses IFES. Nesse processo de categorização, oito categorias principais emergiram para o mapeamento das prioridades nos três Institutos Federais analisados.

Conforme a categorização executada, demonstra-se as prioridades que transitaram nas suas agendas. Nesse sentido, 43 prioridades dessas instituições estão relacionadas com o tripé ensino, pesquisa e extensão, e contribuem com a implementação das questões trazidas pela OECD (2018, 2019) para a efetividade do desenvolvimento econômico e inteligente (MAZUCATTO, 2014).

A Inclusão Social e Assistência Estudantil apareceram em sete prioridades. Já a preocupação com a infraestrutura de um modo geral (física e de TI) apareceu em 12 prioridades. O orçamento também foi uma constante nas agendas dos Institutos, sendo referenciada em 12 prioridades.

Em seguida, 17 prioridades promovem diretamente tanto a Pesquisa Básica como a Pesquisa Aplicada (BUSH, 1945; STOKES, 2005; RIAZZUDIN 2007) nos Institutos analisados. O maior número de referências (48) foi para as prioridades que dizem respeito às questões relacionadas as melhorias em processos administrativos e na gestão de uma maneira geral.

Também foi prioridade as questões relacionadas à qualificação dos servidores com 14 prioridades que abordaram essa temática. E, ainda, houve prioridades que contribuem para o desenvolvimento de ambientes de inovação (LUNDVALL, 2001; 2010; BALBACHEVSKY, 2007), nesse caso, houve 19 referências.

As evidências indicam estabilidade nas agendas dos Institutos analisados, isso pelo fato de se observar uma coalizão (DEUBEL, 2008; MACEDO et al., 2016) que indica também uma estabilidade (BAUMGARTNER; JONES, 1993) nas agendas dos Institutos. Entretanto, essa estabilidade interna contrasta com as tentativas de mudanças na agenda governamental e de decisão (Congresso Nacional e Poder Executivo).

Restou evidente que as prioridades estabelecidas no âmbito das comunidades de atuação desses institutos contribuem para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse fato impacta a capacidade de resiliência dessas comunidades para fazer frente às adversidades ambientais, bem como promove o fortalecimento dos seus potenciais, possibilitando o desenvolvendo econômico e social de maneira sustentável (OECD, 2018).

Por outro lado, as restrições orçamentárias impostas são um exemplo que acabam por dificultar a prestação dos serviços desses IFES. Some-se a isso as diversas proposições para alterar a lei de criação da Rede Federal como um todo, as quais, se aprovadas, mudam a lógica da sua atuação, desencadeando uma mudança compulsória na agenda dos IFES.

Como uma das limitações metodológicas do estudo que merece atenção, destaca-se o baixo número de entrevistados no que diz respeito à participação dos Pró-Reitores. Acredita-se que uma participação maior desses enriqueceria ainda mais os resultados dessa pesquisa.

Ressalta-se, ainda, que a pandemia da COVID-19 impossibilitou o acesso a uma ata do CONSUP do IFFAR.

Em estudos futuros, sugere-se ampliar o número de IFES, um estudo em nível Nacional que demonstre as diversidades nas agendas desses órgãos. O estudo pode ser replicado, ainda, para qualquer órgão público que possua característica de definição de agenda, como Universidades, Agências Reguladoras ou, ainda, replicar o método aqui disposto no nível da agenda governamental e de decisão (KINGDON, 2014) como, por exemplo, no Congresso Nacional e Poder Executivo. Outra perspectiva que pode ser analisada, é o cumprimento das prioridades, ou seja, verificar em qual medida estão sendo alcançadas as prioridades estabelecidas nos PDI's desses órgãos.

NOTAS

¹O roteiro das entrevistas pode ser acessado por meio desse [link](#).

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Políticas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica**. Caderno CRH, v. 24, p. 503-518, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D.; BONAFONT, Laura Chaqués. **Dinâmicas da agenda de políticas públicas na América Latina: oportunidades teóricas e empíricas**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1513-1525, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000601513&lng=en&nrm=iso>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190455>.

BELAND, Daniel. **Kingdon Reconsidered: Ideas, Interests and Institutions in Comparative Policy Analysis**. Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice, p. 1-15, 2015. DOI: [10.1080/13876988.2015.1029770](https://doi.org/10.1080/13876988.2015.1029770).

BIRKLAND, Tomas A. **An introduction to the policy process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making**. 4. ed. Reino Unido, Routledge, 2016.

BLOCK, Madeleine; KHVATOVA, Tatiana. **University transformation Explaining policy-making and trends in higher education in Russia**. Journal of Management Development, v. 36(6), 761–779, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMD-01-2016-0020>.

BRASIL. *Decreto-Lei* nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal. Brasília, DF, 1967.

_____. *Lei* nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a rede federal de educação profissional e tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Congresso Nacional. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, F. G.; JONES, Bryan D. **Agenda setting: mudanças e a dinâmica das políticas públicas Uma breve introdução**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1486-1497, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000601486&lng=en&nrm=iso>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200780>.

_____; CAPELLA, A. C. N. **Agenda Governamental Brasileira: Uma Análise da Capacidade e Diversidade nas Prioridades em Políticas Públicas no Período de 2003 a 2014.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/53668/agenda-governamental-brasileira--uma-analise-da--->>. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v24n78.76950>

BUSH, V. (1945). Science, the Endless Frontier. Recuperado de <https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. spe, p. 486-505, July 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512016000700486&lng=en&nrm=iso>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395117178>.

_____. **Formulação de Políticas Públicas.** Brasília: Enap, 2018. 151 p.

_____. **Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1498-1512, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000601498&lng=en&nrm=iso>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200689>.

CAIRNEY, Paul. **Three habits of successful policy entrepreneurs.** Policy & Politics, v. 46, n. 2, p. 199-215, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1332/030557318X15230056771696>.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. **The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory.** Journal of Politics. Vol. 33, Nº 4. Nov 1971 (pp. 892-915).

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **A Garbage Can Model of Organizational Choice.** Administrative Science Quarterly .v. 17, nº 1, p. 1-25, mar 1972.

DEUBEL, A. N. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: ¿de la razón científica al arte retórico? Estudios Políticos, n. 33, p. 67-91, jul./dez. 2008.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy:** Pearson New International Edition. 15. Ed. Estados Unidos: Pearson. 2017, 356 p.

GIL, A. C.; Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Studying public policy: cycles and policy subsystems.** 2nd ed. Toronto: Oxford University Press, 2003.

_____; RAMESH, M.; PERL, Anthony; Studying public policy: principle and processes. 14ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

JENNINGS, Will; FARRALL, Stephen; GRAY, Emily; HAY, Colin. **Moral panics and punctuated equilibrium in public policy**: An analysis of the criminal justice policy agenda in Britain. *Policy Studies Journal*, v. 00 (00), 2017. DOI: 10.1111/psj.12239

JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. **The Politics of Attention**: How Government Prioritizes Problems. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2005.

KINGDON, J.; *Agendas, Alternatives and Public Policies*. New York: HarperCollins, 1984.

_____; *Agendas, alternatives, and public policies*. Second Edition. New York: Harper Collins, [1984], 2014.

KOELLER, Priscila; SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. **Como atuam as estatais federais na política de ciência, tecnologia e inovação brasileira**. *Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)*, n. 15, p. 99-113, dez. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8652>.

KUHLMANN, J.; VAN DER HEIJDEN, J. (2018). **What Is Known about Punctuated Equilibrium Theory?** And What Does That Tell Us about the Construction, Validation, and Replication of Knowledge in the Policy Sciences? *Review of Policy Research*. 35(2), 326-347. DOI: <https://doi.org/10.1111/ropr.12283>

LUNDVALL, B. *Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. Parcerias Estratégicas*, n. 10, p.200-218, 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/1490. Acesso em: 20/05/2019.

_____. *National Systems of Innovation: Toward a theory of innovation and interactive learning*. [S. I.]: Anthem, 2010.

MACEDO, A. D. S.; ALCÂNTARA, V. C.; ANDRADE, L. F. S.; FERREIRA, P. A. **O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos**. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, n. Edição Especial, p. 593-618, 2016.

MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

OECD. **OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2018**: Adapting to Technological and Societal Disruption. Paris: OECD Publishing, 2018, 320 p. DOI: https://doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2018-en

_____. **OECD Skills Outlook 2019**: Thriving in a Digital World; Paris: OECD Publishing, 2019, 285 p. DOI: <https://doi.org/10.1787/df80bc12-en>

_____. **OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2021**: Times of Crisis and Opportunity, OECD Publishing, Paris, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1787/75f79015-en>

RIAZUDDIN. (2007). Can Applied Research Survive without Basic Research? In.: Khan, H. A.; Qurashi, M. M. & Hayee, Y. Basic or Applied Research: Dilemma of Developing Countries, Paquistão. COMSATS, 1-10.

RIDDE, Valéry. **Policy implementation in an african state**: an extension of Kingdon's multiple-streams approach. Public Administration, v. 87, n. 4, p. 938-954, 2009. DOI: 10.1111/j.1467-9299.2009.01792x

STOKES, D. E. O Quadrante de Pasteur - A Ciência Básica e a Inovação Tecnológica. (Tradução: José Emilio Maiorino). Campinas: Editora Unicamp, 2005.

VANHOONACKER, Sophie; POMORSKA, Karolina. **The European External Action Service and Agenda-setting in European Foreign Policy**. Journal of European Public Policy, v. 20, n 9, p. 1316-1331. 2013.

WINKEL, Georg; LEIPOLD, Sina. **Demolishing Dikes**: Multiple Streams and Policy Discourse Analysis. Policy Studies Journal, 44 (1), 108-129, 2016. <http://dx.doi.org/10.1111/psj.12136>

ZUCATTO, Luis Carlos; FRANCISCO, Nara Antonio; SEVERO, Andrea Machado; LAMBERTY, Claudia. **Políticas públicas para CT&I e os desafios dos gestores numa universidade**: uma análise a partir dos múltiplos fluxos de Kingdon. RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace. v. 12, n. 1, p. 21-38, 2021. Disponível em: <<https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/664>>.

YIN, R. K. **Case study research and applications**: design and methods. 6. ed. Thousand Oaks, CA: Sage. 2018.

ZUCATTO, Luis Carlos.; USZACKI, Rodrigo Carvalho de Freitas; MARZZONI, David Nogueira Silva . Basic research and applied research: an analysis from scientific production on COVID-19. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e63791110179, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.10179. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10179>.